



## Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia e Paramédicos

Exma. Senhora  
Directora Departamento Inspeção  
e Licenciamento do INFARMED  
Dra. Fernanda Ralha  
Av. do Brasil, 53  
1749-004 LISBOA

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência  
Of. n.º 0049

Data  
2011-02-21

Assunto: Cursos de TAF – exercício profissional nas farmácias.

Acusamos recepção do v/ofício ref.ª 007271 de 08/025/2011, e sobre o seu teor não podemos deixar de fazer os seguintes comentários

1.º - Obviamente, temos perfeita noção do facto de não ser da competência do INFARMED a avaliação dos cursos de Técnico Auxiliar de Farmácia, para efeitos, seja do seu reconhecimento, seja do seu não reconhecimento, como curso habilitador para o exercício profissional técnico em farmácias, ou para controlar a legalidade das informações que sobre o mesmo são prestadas pela entidade que o promove e ministra;

2.º - Mas já é, inquestionavelmente, da estrita competência do INFARMED, fiscalizar o cumprimento do Decreto-Lei 307/2007, de 31 de Agosto (art.º 45.º do diploma em questão), nomeadamente em matéria de cumprimento do disposto no seu art.º 24.º, cuja violação, construindo contra-ordenação muito grave (alínea i), do art.º 48.º do DL 307/2007), impõe ao INFARMED o dever de processar o competente auto de contra-ordenação e de aplicar a devida coima;

3.º - Efectivamente o art.º 24.º do DL 307/2007, prevê que o quadro não farmacêutico das farmácias é integrado por técnicos de farmácia ou por outro pessoal devidamente habilitado;

4.º - E efectivamente a figura do outro pessoal devidamente habilitado não se encontra definida ou regulada em qualquer norma legal;

5.º - Tal facto, porém, só pode legalmente, significar que até que tal definição ou regulação tomem forma legal, ninguém pode a coberto de tal figura exercer funções técnicas em farmácias, ou seja, não pode significar, como V. Ex.ªs pretendem, que qualquer pessoa possa exercer tais funções sem nada se poder fazer.

É que se V. Ex.ªs ainda não o perceberam a expressão “devidamente” só é entendível como significando “por força da lei”, porque neste caso só a lei pode habilitar.

Na verdade não podem V. Ex.ªs esquecer que o exercício profissional técnico em farmácia é uma profissão regulamentada (DLs 261/93 e 320/99) que recai, portanto, no domínio do direito público administrativo, fixando as condições de habilitação académica e profissional que habilitam ao exercício da profissão.

Assim, só quem tenha habilitação expressamente reconhecida por lei para a prática de actos enquadráveis no exercício do acto farmacêutico, ainda que coadjuvando os farmacêuticos (no caso pelos DLs 261/93 e 320/99), pode exercer a profissão.

Não está actualmente consagrada na lei, para além do técnico de farmácia expressamente previsto nos DLs 261/93 e 320/99, qualquer outro profissional habilitado a exercer actividade técnica em farmácias.

E, portanto, para além dos técnicos de farmácia, mais ninguém poder exercer tal actividade nas farmácias.

**É isso que resulta do princípio da legalidade e é essa a única conclusão decorrente do quadro actualmente existente.**

**Ou seja, legalmente não existem profissionais que integrem o conceito de “outro pessoal devidamente habilitado” e, como tal quem exerça funções técnicas em farmácia a coberto de tal figura exerce ilegalmente, podendo inclusivamente incorrer em crime de usurpação de funções. E quem omitindo os seus deveres o permita não deixa de ser cúmplice de tal crime.**

Entender o contrário do que atrás se disse, para além de contrariar tudo o que são princípios básicos do Direito Administrativo e princípios elementares e consensuais de interpretação da lei, seria o mesmo que esvaziar completamente o sentido e alcance do disposto nos DL 261/93 e 320/93, no que às farmácias privadas diz respeito, e da própria norma que penaliza o incumprimento do art.º 24.º do DL

307/2007, já que nunca existiriam situações de incumprimento. Com o que, obviamente, não pactuamos.

6.º - É, assim, para nós evidente o facto, que não deixaremos de denunciar publicamente, de o INFARMED omitir dolosamente o seu dever de agir contra as farmácias que sabe não estarem a dar cumprimento ao disposto no art.º 24.º, do DL 307/2007.

Assim solicitamos a V. Ex.ª. que antes de termos que fazer a referida denúncia pública, nos informe o que se lhe oferece sobre o assunto.

Com os melhores cumprimentos,

Pel' A Direcção



C/ cópia para:

Presidente do CA do INFARMED;  
Gabinete da Ministra da Saúde.